

ESTADO E CULTURA NO NORDESTE: UMA LEITURA DAS POLÍTICAS CULTURAIS NORDESTINAS

Alexandre Barbalho

Partindo do pressuposto de que no Nordeste há um histórico de forte relação clientelista entre intelectuais e Estado, discute-se como reagiram as políticas culturais na região com a atuação do Ministério da Cultura a partir da gestão do ministro Gilberto Gil, em seu esforço de institucionalização dessas políticas por meio da participação social.

1. O Nordeste é uma invenção

O Nordeste, antes de ser uma delimitação geográfica ou político-administrativa, é uma invenção cultural. Uma região que foi se constituindo a partir de discursos diversos e dispersos no tempo e no espaço, junto com a própria criação da nação brasileira e sua comunidade imaginada. Remonta, portanto, à divisão entre o Norte da cana-de-açúcar e o Sul cafeeiro da segunda metade do século XIX.

Essa invenção não se dá somente a partir de formulações nativas. Como se disse, é um processo disperso. Há dois exemplos de representação do Nordeste publicizada nos anos 1800 na imprensa sudestina que

ajudaram a fixar a região como terra do atraso e da miséria, ainda hoje vigente no imaginário nacional. Em 1878, a *Gazeta de Notícias*, do Rio de Janeiro, enviou ao Ceará um de seus jornalistas, o militante abolicionista José do Patrocínio, com o objetivo de mandar notícias sobre a seca que devastava o sertão e causava comoção na capital do Império – experiência da qual resultou seu romance *Os Retirantes*, publicado em 1879. Em 1897, o jornalista Euclides da Cunha foi enviado por *O Estado de S. Paulo* para cobrir a guerra dos “bárbaros”, conselheiristas contra o Exército Nacional. A estadia de Euclides no interior da Bahia virou *Os Sertões*, publicado em 1902, sucesso de público para a época e

revelador do autoritarismo republicano contra os sertanejos.

Claro que se trata de um outro Norte, futuro Nordeste, esse retratado por Euclides e Patrocínio, e não daquele analisado pelo pernambucano Gilberto Freyre em *Casa-Grande & Senzala* (1933), livro traduzido e editado em várias línguas e países e uma das principais (e primeiras) ferramentas de leitura e interpretação do Brasil para os não brasileiros – vide o depoimento do anglo-jamaicano Stuart Hall sobre a importância de ter lido Freyre nos anos 1950 para sua obra e suas reflexões sobre hibridismo.

Trata-se, no primeiro caso, do Nordeste seco, de *O Outro Nordeste*, como revela o título do livro do sociólogo cearense Djacir Menezes. Publicado em 1937, funcionou como uma espécie de resposta a *Casa-Grande & Senzala*, pois este, recorrendo à metonímia, pretendia falar de todo o Nordeste referindo-se apenas a uma pequena parte, à do litoral abençoado com o solo de massapé, ou seja, a Zona da Mata da Paraíba à Bahia, esquecendo a parte maior do território, aquela interior, ocupada na trilha do gado – os caminhos de dentro e de fora, na clássica formulação do historiador cearense Capistrano de Abreu.

Vê-se, nessa breve digressão, como é complexa a identificação do que seja o Nordeste, como é impossível fixá-lo em um só sentido. Os discursos que o constituem se espalham por produtos culturais (músicas, filmes, romances, poesias, peças teatrais, ensaios, textos acadêmicos e jornalísticos) desde o século XIX e chegam até hoje, início do terceiro milênio. Nessa longa duração, pode-se dizer, junto com Durval Muniz de Albuquerque Júnior, que “o Nordeste nasce

onde se encontram poder e linguagem, onde se dá a produção imagética e textual da espacialização das relações de poder” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 1999, p. 23).

2. Política cultural de intelectuais e políticos (e vice-versa)

É de se supor que nessa região as relações entre os intelectuais e a política, entre a cultura e o Estado, se não são exclusivas dela, ganham ali liames fortes. Há um vai e vem de indivíduos entre os campos cultural e político, em que o capital amealhado em um é reconvertido em capital do outro, garantindo carreiras mais ou menos vitoriosas, a depender das jogadas e tomadas de posição acertadas ou não de cada um desses duplês de escritores (a grande maioria) e políticos.

Podemos lembrar do cearense José de Alencar, romancista, autor de, entre inúmeros outros, *Iracema*, uma “lenda” sobre a origem não apenas de sua província, mas de todo o país, ao estabelecer o encontro amoroso entre o colonizador e a indígena, daí resultando o primeiro cearense/brasileiro. Foi também deputado pelo Ceará, em constante embate com o imperador Pedro II, de quem foi ministro da Justiça. Lembramos também do maranhense José Sarney, imortal da Academia Brasileira de Letras e um dos mais longevos políticos brasileiros. Presidente do país, criou o Ministério da Cultura. E, bem antes, quando eleito governador de seu estado, convidou o cineasta baiano Glauber Rocha para filmar sua posse – material que resultou no curta-metragem *Maranhão 66* e em várias sequências de *Terra em Transe*, filme cujo principal personagem é um poeta agitador das massas e conselheiro político de um governador populista.

Também não é de se estranhar que esses intelectuais em relação íntima com o poder acabem por reivindicar a atuação institucional dos governos estaduais na cultura por meio de políticas públicas conduzidas por eles próprios, ou que assumam posições privilegiadas na elaboração das políticas culturais em âmbito federal.

No contexto estadual, é paradigmático o caso do Ceará, que criou a primeira Secretaria de Cultura do país, em 1966. A ideia surgiu durante o I Congresso Cearense de Escritores, realizado em 1946. Uma das 19 teses discutidas e aprovadas no evento foi apresentada pelo historiador Raimundo Girão, intitulada A Necessidade de uma Secretaria de Cultura. Escritor proflícuo, com mais de 50 obras publicadas, membro do Instituto Histórico e Geográfico de seu estado, Girão foi prefeito de Fortaleza e se tornou o primeiro secretário de Cultura. Plácido Castelo, o governador que o nomeou, também fazia parte do Instituto do Ceará e era autor de pesquisas sobre assuntos regionais.

No contexto federal, é reveladora, durante o Regime Militar, a atuação do Conselho Federal de Cultura (CFC), órgão responsável por formular o pensamento sobre o setor naqueles anos de exceção. Criado em 1966 pelo presidente Castelo Branco, cearense e amigo da escritora e sua conterrânea Rachel de Queiroz, ela própria integrante do Conselho, o CFC reuniu intelectuais renomados, de perfil conservador – muitos deles nordestinos. Em depoimento publicado no jornal *O Povo*, de Fortaleza, o escritor maranhense Josué Montello, um dos fundadores do CFC e seu primeiro presidente, entrega o jogo:

Se hoje existe o Conselho Federal de Cultura, com uma larga folha de serviço à cultura nacional [...] isso se deve [...] ao fato de eu ter me sentado como secretário-geral da Academia Brasileira de Letras, ao lado do Presidente Castelo Branco [...] aproveitei a vizinhança [...] para lhe sugerir, teimosamente, a criação [do órgão].¹

Não é à toa que os elementos fortes do pensamento do CFC eram os da mestiçagem, da tradição e do popular, pois, diante da indiscutível variedade regional, a saída foi apontar esses valores como emblemas da diversidade na unidade nacional. A região, longe de ser negada, passou mesmo a ser valorizada e a ter o status de uma “filosofia social”, como aponta Renato Ortiz (1985). Nesse contexto, sobressai o Nordeste como pretense berço das mais autênticas manifestações da cultura brasileira, em mais um recurso metonímico do poder simbólico.

3. Uma hipótese e uma questão

Diante do contexto esboçado acima, é factível propor como hipótese que, historicamente, há no Nordeste um ambiente favorável, de um lado, à criação de espaços institucionais para as políticas culturais, e de outro, ao estabelecimento de relações pouco republicanas entre o Estado e a cultura, baseadas no intimismo e no clientelismo entre intelectuais e políticos, e materializadas em políticas de “balcão”.

Partindo do pressuposto de que essa hipótese é verdadeira, uma questão, entre outras, se coloca: como reagiu essa região diante das políticas culturais promovidas pelo Ministério da Cultura (MinC) a partir da gestão do ministro baiano Gilberto Gil, em 2003? A pergunta

tem pertinência porque, como é sabido por todos(as) que acompanham essa área, há um esforço por parte de Gil e sua equipe em transformar a cultura em objeto de políticas de Estado, e não só de governo, a partir da lógica federalista – com o Plano Nacional de Cultura (PNC) e o Sistema Nacional de Cultura (SNC), por exemplo – e da participação social possibilitada por conferências, consultas públicas, câmaras setoriais e conselho de cultura paritário e deliberativo, entre outros instrumentos de governança (BARBALHO; BARROS; CALABRE, 2013; BARBALHO; CALABRE; RUBIM, 2015; BARBALHO; RUBIM, 2007; RUBIM, 2010).

Para ensaiar uma resposta à questão – e trata-se somente disto mesmo, um ensaio –, vale a pena recorrer aos dados disponibilizados pelo Índice de Gestão Municipal em Cultura e pelos Suplementos de Cultura da Pesquisa de Informações Básicas Estaduais (Estadic) 2014 e da Pesquisa de Informações Básicas Municipais (Munic) 2014, do IBGE. Ainda que defasados, é o que existe de mais atualizado sobre o setor, que só muito recentemente tem sido objeto de atenção por parte dos formuladores oficiais de estatísticas.

4. O que dizem os dados

No esforço de obtenção de informações e construção de índices balizadores para as políticas culturais, Rogério Miranda (2009), pesquisador do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), desenvolveu o Índice de Gestão Municipal em Cultura (IGMC). Trata-se de um primeiro índice estatístico na área, que possibilitou ranquear os municípios brasileiros em relação ao quesito gestão cultural recorrendo às informações disponibilizadas

pelo Suplemento de Cultura da Munic 2006.

Ainda que seja um indicador limitado – aliás, como todos os indicadores; o MinC (BRASIL, 2010), em seu documento fundante sobre o SNC, por exemplo, recomenda a combinação do IGMC com outros indicadores, como os índices educacionais, sociais, econômicos etc. –, é importante retomá-lo no sentido de trazer elementos que possam esclarecer a configuração das políticas culturais nordestinas nos últimos 15 anos.

O IGMC é subdividido em outros índices mais específicos: o primeiro é o de Fortalecimento Institucional e Gestão Democrática. Como situa Miranda, esse índice leva em consideração que “a existência de instituições que preservem a prioridade do setor através de várias administrações é um fato positivo para a gestão cultural, pois favorece a continuidade e o seu crescimento”, bem como “o princípio de que, quanto mais a população participa das decisões de gestão, mais efetiva será a ação em prol da cultura no município” (MIRANDA, 2009, p. 2). O segundo é o Índice de Infraestrutura e Recursos Humanos. E, por fim, o Índice de Ação Cultural, que, diferentemente dos anteriores, voltados para os meios, mensura a oferta no setor por parte do município.

De acordo com o Índice de Fortalecimento Institucional e Gestão Democrática, nenhum município nordestino estava entre os dez mais bem avaliados no ano de 2006. Contudo, em termos de estado, o Ceará estava em quinto lugar, atrás de Distrito Federal, Minas Gerais, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também não havia qualquer município nordestino entre os dez primeiros classificados, segundo o Índice de Infraestrutura e Recursos Humanos. Mas o estado da Bahia,

apesar de não fazer parte do grupo com as melhores médias, possuía mais de 50% dos seus municípios com valores acima da média nacional para esse índice.

Quanto ao Índice de Ação Cultural, Recife liderava o ranking, no entanto, sendo a única cidade nordestina a fazer parte do grupo das dez melhores. Por sua vez, quando se olha o conjunto dos municípios dos estados, Ceará e Pernambuco estão entre os cinco mais pontuados. Por fim, entre os dez municípios com os maiores valores no IGMC, Recife aparece na quarta colocação, com 172,86 [para efeito de comparação, Caxias do Sul (RS) estava em primeiro, com 179,51]. Quando se restringe o índice somente às capitais, Recife sobe para primeiro no ranking do IGMC e Teresina aparece na nona colocação.

Vamos agora para um conjunto de dados mais recentes formado pelo Suplemento da Estadiv e da Munic de 2014. Começamos com informações que se relacionam com o Índice de Fortalecimento Institucional e Gestão Democrática. No que diz respeito à gestão, o Suplemento informa que, em 2014, todos os estados nordestinos possuíam algum órgão gestor específico para a cultura, a despeito da diversidade de formatos (secretaria, fundação etc.). Quando se observa a realidade municipal, o Maranhão, entre os estados brasileiros, apresenta a maior proporção de municípios com estrutura organizacional exclusiva para a política cultural (62,8%). Com certeza, a existência de secretaria ou fundação de cultura não garante a efetividade da política e muito menos o seu caráter republicano. Vejamos

então se a esse dado se combinam outros que possam apontar para uma nova realidade.

Quando se trata de publicizar e tornar mais ágil o acompanhamento das políticas, os órgãos gestores da cultura nos estados nordestinos não se destacam, pois apenas cinco (Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia) utilizavam sistemas informatizados de gerenciamento, e nenhum deles tinha instalada a total capacidade operativa

Entre os dez municípios com os maiores valores no IGMC, Recife aparece na quarta colocação, com 172,86 [para efeito de comparação, Caxias do Sul (RS) estava em primeiro, com 179,51].

definida pelo IBGE em seis funcionalidades: 1. Cadastramento de projetos culturais, pelos agentes, para solicitação de apoio; 2. Acompanhamento da execução dos projetos cadastrados; 3. Cadastro de agentes e objetos culturais; 4. Planejamento orçamentário

da política de cultura; 5. Gestão do patrimônio cultural; e 6. Gestão de equipamentos culturais. A ausência geral se refere ao item 4, exatamente o mais nevrálgico, por tratar da forma como os recursos são aplicados.

Como contraponto ao contexto da gestão estadual, Pernambuco (16,8%) e Ceará (15,2%) estão entre os sete estados brasileiros que contavam com a maior quantidade de municípios com sistemas de informatização, e o segundo se destaca entre aqueles com maior proporção de municípios com páginas de conteúdo exclusivo do órgão gestor de cultura, com 14,3%.

Outro ponto importante para o melhor desempenho da política pública se refere à capacitação de seus gestores. Esse foi um item alvo de grande investimento por parte do MinC, no esforço de implantação do SNC, a partir principalmente do segundo governo

Lula. Entre 2009 e 2010, a Secretaria de Articulação Institucional (SAI) do Ministério elaborou o Programa de Formação de Gestores Culturais, cujo Curso Piloto de Gestão Cultural ocorreu em Salvador. Logo na sequência, em 2012, a Fundação Joaquim Nabuco, em parceria com o MinC e a Universidade Federal Rural de Pernambuco, ofertou o primeiro curso de especialização em formação de gestores culturais dos estados do Nordeste.

Em grande parte como desdobramento da atuação do Governo Federal, todos os estados nordestinos ofereceram algum tipo de formação para seus servidores na área da cultura, ainda que nenhum tenha atuado nos sete temas estabelecidos pelo IBGE: 1. Curso de elaboração e gestão de projetos; 2. Curso de gestão cultural; 3. Curso de editais; 4. Curso de capacitação tecnológica e administrativa; 5. Curso de leis de incentivo; 6. Curso de captação de recursos; 7. Curso de gestão de equipamentos culturais.

Os cursos mais ofertados estão inseridos nos itens 1, 5 e 6, de perfis mais tradicionais, orientados muitas vezes pela lógica das leis de incentivo à cultura. São formações oferecidas tanto pelo poder público quanto pelo setor privado, desde a criação da Lei Sarney, com incremento na gestão de Francisco Weffort no MinC (1995-2002), quando se legitimou a figura do captador de recursos. O menos ofertado foi o item 7 (apenas Piauí e Bahia), o que pode ser indício da pouca presença de equipamentos públicos de cultura sob responsabilidade do órgão gestor estadual ou da falta de profissionalização na sua gestão.

Em grande parte como desdobramento da atuação do Governo Federal, todos os estados nordestinos ofereceram algum tipo de formação para seus servidores na área da cultura.

Ainda no quesito formação, agora voltada para os setores da cultura, todos os estados promoveram cursos em alguma das 13 categorias consideradas pelo IBGE: música; artes plásticas; teatro; gestão cultural; dança; patrimônio, conservação e restauração; manifestações tradicionais populares; cinema; literatura; vídeo; circo; artesanato; e fotografia. Pernambuco foi o único estado do país que afirmou promover capacitação em todas

as áreas, e o Ceará ocupava a quarta colocação, com 53,3% entre os cinco estados onde mais da metade de seus municípios ofereceram algum curso.

Quanto ao esforço de transformar a política cultural em política de Estado, um dado importante se refere aos planos. Nesse ponto, todos os

estados nordestinos estavam com seu plano de cultura em elaboração em distintos estágios. A exceção da região e do país era Alagoas, que já tinha o seu formalizado e regulamentado por instrumento legal.

Por sua vez, no que diz respeito aos oito objetivos das políticas culturais estabelecidas pelo IBGE (1. Preservar o patrimônio histórico, artístico e cultural; 2. Tornar a cultura um dos componentes básicos para a qualidade de vida da população; 3. Democratizar a gestão cultural; 4. Integrar a cultura ao desenvolvimento local; 5. Dinamizar as atividades culturais do estado; 6. Garantir a sobrevivência das tradições culturais locais; 7. Descentralizar a produção cultural; 8. Ampliar o grau de participação social nos projetos culturais), o Piauí foi o único estado nordestino a listar todos eles.

É revelador de um novo momento das políticas culturais na região que o objetivo mais citado não tenha sido o de preservação do patrimônio nem o de garantir as tradições culturais – temas que marcaram as políticas culturais nordestinas e brasileiras em tempos anteriores –, mas o de democratizar a gestão cultural.

Um item fundamental para a questão que estamos enfrentando diz respeito à existência, ao tipo e ao funcionamento de conselhos de cultura. De acordo com a **Tabela 1**, todos os estados nordestinos não só possuem conselhos, como esses são ou paritários ou com maior quantidade de conselheiros representando setores da sociedade civil. Dessa forma, superou-se, pelo menos formalmente, o conselho “chapa branca”, no qual predominava o número de representantes governamentais e não se atuava, assim, como espaço de mediação entre o poder público e os cidadãos.

É igualmente relevante que quase todos, com exceção do Piauí, não se restrinjam mais ao papel limitado de assessorar o gestor quando consultado, mas que deliberem sobre a política a ser implementada pelo Poder Executivo. Há ainda que avançar no que se refere aos conselhos assumirem caráter normativo e fiscalizador, mas os números apontam uma situação de relativo equilíbrio, sendo que Maranhão, Paraíba e Pernambuco possuem conselhos que reúnem as quatro características.

Também é preciso ampliar as atribuições desses conselhos. Como indica a **Tabela 2**,

a atuação dos conselheiros basicamente se resume a se pronunciar, a emitir pareceres e, em menor escala, a elaborar e aprovar planos e propor, avaliar e referendar projetos culturais. Funções estratégicas, como administrar o fundo de cultura ou atuar nos temas referentes aos convênios, principal via de repasse de recursos para a sociedade civil, estão quase ou mesmo totalmente ausentes no cotidiano dos conselheiros de cultura.

Analisando-se as respostas dos estados nordestinos quanto à conferência de cultura, todos já haviam realizado conferências, e no Piauí, Ceará, Paraíba, Alagoas e Bahia elas estavam previstas por lei. No âmbito municí-

É revelador de um novo momento das políticas culturais na região que o objetivo mais citado não tenha sido o de preservação do patrimônio nem o de garantir as tradições culturais, mas o de democratizar a gestão cultural.

pal, 2.793 municípios tinham realizado suas conferências, sendo que em 811 havia previsão em lei para a realização. O Nordeste foi a região que apresentou o maior percentual de municípios com conferências já realizadas (64,4%, sendo que 18,7% estavam previstas por lei). Para se ter uma ideia do alcance desse dado, na Região Sul, segunda colocada,

a porcentagem foi de 46,6%, portanto bem abaixo da realidade nordestina. Entre os seis estados que tinham mais de 80,0% dos municípios com conferências realizadas estão o Ceará (88,0%, 162 municípios) e a Bahia (84,9%, 354 municípios).

Quanto ao fomento ou apoio a iniciativas específicas para o campo da diversidade cultural, também um indicador importante no que se refere à democratização da ação do Estado na cultura, todos os estados nordestinos possuem políticas com esse fim. O

destaque é o Rio Grande do Norte, que só não atende a um – o de “pessoa com deficiência” – dos 13 segmentos listados pelo IBGE, vindo atrás apenas de São Paulo, que atende a todos. Os outros segmentos são: culturas populares; comunidades indígenas; comunidades afro-religiosas; comunidades quilombolas; crianças e adolescentes; jovens; outras comunidades tradicionais; comunidade de LGBTQTT; mulheres; idosos; comunidades de descendentes de nacionalidades estrangeiras; comunidades ciganas.

5. Algumas considerações finais

A partir dos dados apresentados acima é factível afirmar que a política cultural no Nordeste se assenta hoje em patamar diferente daquele que vigorou entre os anos 1960 e 1990, no qual predominava, de um lado, a atuação de intelectuais renomados e próximos ao poder político vigente e, de outro, uma atuação com vistas a expressões eruditas e à valorização do popular. Observava-se um esforço de institucionalizar a relação do governo no campo cultural recorrendo a diversos instrumentos de gestão pública, como planos, conselhos, fundos, conferências e, de forma democrática, valorizando a participação da sociedade civil, mais especificamente dos agentes do campo cultural.

Percebe-se que, entre a divulgação dos resultados do IGMC, baseados em dados de 2006 – em que os estados nordestinos não tiveram muito destaque no cenário nacional, a não ser, em determinados quesitos, Ceará, Bahia e Pernambuco (nos Índices de Fortalecimento Institucional e Gestão Democrática e de Ação Cultural) –, e a do Suplemento da

Estadac e da Munic de 2014, ocorreu o fortalecimento desse processo. A existência generalizada de órgãos gestores exclusivos para a área, alguns deles com sistemas informatizados de gerenciamento – contando com gestores capacitados, conselhos paritários e deliberativos, planos e conferências participativas –, entre outros sinalizadores, aponta para um novo *modus operandi* das políticas culturais nordestinas.

Talvez a melhor expressão da nova composição de forças seja a afirmação dos valores da participação, da democracia e da institucionalização por parte dos gestores estaduais de cultura nos períodos imediatamente anterior e posterior à realização da III Conferência Nacional de Cultura, entre 27 de novembro e 1 de dezembro de 2013, que envolveu milhares de pessoas nas conferências municipais e estaduais que a antecederam em todo o país.

Para encerrar, vejamos algumas destas falas das quais destaquei algumas passagens em itálico. Segundo o então secretário de Estado da Cultura de Alagoas, Osvaldo Viégas, a III Conferência Estadual foi “um *momento de interlocução entre poder público e sociedade civil* no intuito de estabelecer diretrizes para o desenvolvimento da cultura em Alagoas”.² Por sua vez, a secretária de Estado da Cultura de Sergipe, Eloísa Galdino, defendeu que “as conferências municipais visam a mobilização das comunidades para o debate e a proposição de políticas de cultura junto a representantes do poder público”, favorecendo a “participação intensa e coletiva dos agentes de cultura, com base em uma visão diferenciada sobre como construir políticas públicas para esta área”.³

TABELA 1
ESTADOS DO NORDESTE COM CONSELHO DE CULTURA, POR ALGUMAS CARACTERÍSTICAS (2014)

ESTADO	COMPOSIÇÃO	CARÁTER CONSULTIVO	CARÁTER DELIBERATIVO	CARÁTER NORMATIVO
Maranhão	Paritário	Sim	Sim	Sim
Piauí	Maior representação da sociedade civil	Sim	Não	Não
Ceará	Maior representação da sociedade civil	Não	Sim	Não
Rio Grande do Norte	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Não
Paraíba	Paritário	Sim	Sim	Sim
Pernambuco	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Sim
Alagoas	Paritário	Sim	Sim	Não
Sergipe	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Não
Bahia	Maior representação da sociedade civil	Sim	Sim	Sim

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

TABELA 2: ESTADOS DO NORDESTE, POR ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO DE CULTURA (2014)

ESTADO	PRONUNCIAR-SE E EMITIR PARECER SOBRE ASSUNTOS DE NATUREZA CULTURAL	ELABORAR E APROVAR PLANOS DE CULTURA	ACOMPANHAR E AVALIAR A EXECUÇÃO DE PROGRAMAS E PROJETOS CULTURAIS	FISCALIZAR O CUMPRIMENTO DAS DIRETRIZES E INSTRUMENTOS DE FINANCIAMENTO DA CULTURA	PROPOR, AVALIAR E REFERENDAR PROJETOS CULTURAIS
Maranhão	Sim	Sim	Sim	Sim	Não
Piauí	Não	Sim	Não	Não	Sim
Ceará	Sim	Não	Sim	Não	Não
Rio Grande do Norte	Sim	Não	Não	Não	Sim
Paraíba	Não	Sim	Não	Sim	Não
Pernambuco	Sim	Sim	Não	Não	Não
Alagoas	Sim	Não	Não	Não	Sim
Sergipe	Sim	Não	Não	Não	Sim
Bahia	Sim	Não	Sim	Não	Não

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Estaduais 2014.

CARÁTER FISCALIZADOR	ESCOLHA DOS INTEGRANTES DA SOCIEDADE CIVIL	QUANTIDADE DE REUNIÕES NOS ÚLTIMOS 12 MESES	CONSELHEIROS SÃO REMUNERADOS
Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	4	Não
Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	48	Sim
Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	6	Não
Sim	Indicação do poder público e da sociedade civil	80	Sim
Sim	Indicação da sociedade civil	12	Não
Sim	Indicação do poder público	96	Sim
Não	Indicação do poder público e da sociedade civil	6	Não
Não	Indicação do poder público	44	Sim
Não	Outra forma de escolha	24	Não

FISCALIZAR AS ATIVIDADES DO ÓRGÃO GESTOR DA CULTURA	APRECIAR E APROVAR NORMAS E DIRETRIZES DE FINANCIAMENTO DE PROJETOS	FISCALIZAR AS ATIVIDADES DE ENTIDADES CULTURAIS CONVENIADAS COM A GESTÃO ESTADUAL	ADMINISTRAR O FUNDO ESTADUAL DE CULTURA	ELABORAR NORMAS E DIRETRIZES PARA CONVÊNIOS CULTURAIS	APRECIAR E APROVAR NORMAS PARA CONVÊNIOS CULTURAIS
Sim	Sim	Sim	Não	Não	Não
Não	Não	Não	Não	Não	Não
Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Não	Não	Não	Não	Não	Não
Não	Não	Não	Não	Sim	Não
Sim	Não	Não	Não	Não	Não
Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Não	Não	Não	Sim	Não	Não
Não	Sim	Não	Não	Não	Não

A secretária de Estado da Cultura do Maranhão, Olga Simão, falando dos mais de 120 municípios que realizaram as conferências municipais no seu estado, avaliou que “impõe-se às instituições e à sociedade civil o dever de caminhar juntas para que o fazer cultural seja também o esforço de criar condições, *facilitar e assegurar a manutenção dos valores que convivemos*, enfim, de pensar uma política de Estado para a cultura com a participação de todos”.

Para o secretário de Estado da Cultura da Paraíba, Chico César, a Conferência Estadual foi positiva “por *aproximar Governo e agentes culturais, poder público e sociedade civil*”.⁴ O processo das conferências, de elaboração dos planos e da criação dos conselhos de cultura se dá de forma coletiva e com participação da sociedade, o que reforça “a legitimidade e a necessidade dessas alterações” e “o conjunto dos cidadãos, de uma *forma democrática e transparente*”, como avaliou o secretário de Cultura do Ceará, Paulo Mamede.⁵

O que os secretários afirmam, portanto, é a elaboração da política cultural como resultado da relação imprescindível entre Estado e sociedade civil, e não mais a partir das decisões dos intelectuais renomados fechados em gabinetes com os gestores públicos. Agora, pode-se afirmar, são outros os tempos. E que perdurem. **obs**



Alexandre Barbalho

É doutor em comunicação e cultura contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor dos programas de pós-graduação em sociologia e em políticas públicas da Universidade Estadual do Ceará (Uece) e do programa de pós-graduação em comunicação da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Líder do Grupo de Pesquisa em Políticas de Cultura e de Comunicação – CULT.COM. Autor e organizador de diversos livros e artigos, entre os quais *Política Cultural e Desentendimento* (Ibdcult, 2016).



Referências

- BARBALHO, Alexandre; BARROS, José Márcio; CALABRE, Lia (Org.). *Federalismo e políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2013.
- BARBALHO, Alexandre; CALABRE, Lia; RUBIM, Albino (Org.). *Políticas culturais no governo Dilma*. Salvador: Edufba, 2015.
- BARBALHO, Alexandre; RUBIM, Albino (Org.). *Políticas culturais no Brasil*. Salvador: Edufba, 2007.
- BRASIL. Ministério da Cultura. *Estruturação, institucionalização e implementação do Sistema Nacional de Cultura*. Brasília: MinC, 2010.
- IBGE. *Perfil dos estados e dos municípios brasileiros de 2014*. Rio de Janeiro: IBGE, 2015.
- MIRANDA, Rogério. Índice de gestão municipal em cultura. In: V Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura (Enecult). *Anais*. Salvador: Edufba, 2009. Disponível em: <<http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19406-3.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2018.
- ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- RUBIM, Albino (Org.). *Políticas culturais no governo Lula*. Salvador: Edufba, 2010.



Notas

- 1 *O Povo*, 22 mar. 1975, p. 18.
- 2 Disponível em: <<http://primeiraedicao.com.br/noticia/2013/08/30/iv-conferencia-estadual-de-cultura-e-aberta-e-maceio>>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- 3 Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/banner-3/-/asset_publisher/axCZZwQo8xW6/content/conferencias-nos-estados/10883>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- 4 Disponível em: <<http://paraiba.pb.gov.br/conferencia-estadual-apresenta-resultados-positivos-para-o-setor-de-cultura/>>. Acesso em: 5 dez. 2018.
- 5 Disponível em: <<https://www.secult.ce.gov.br/2014/03/06/aprovada-nova-lei-do-conselho-estadual-de-politica-cultural/>>. Acesso em: 5 dez. 2018.